5

O debate parlamentar dos temas econômicos no governo Dutra

Ricardo de João Braga

Doutor em Ciência Política pelo IESP/UERJ/Mestre em Ciência Política pela UnB/ Economista pela Unesp. Atualmente, é analista legislativo da Câmara dos Deputados e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados

André Sathler Guimarães

Doutor em Filosofia pela UFSCar/Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo/ Mestre em Informática pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, é analista legislativo da Câmara dos Deputados e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados

Resumo: O trabalho tem por objetivo apresentar a discussão parlamentar sobre temas econômicos, ocorrida durante o governo Dutra. A partir de discursos proferidos na Câmara dos Deputados, realiza-se pesquisa quantitativa e qualitativa (análise de discurso) de forma a identificar e analisar as principais questões, distribuindo-as, ainda, por partidos. A importância primeira do trabalho é o resgate histórico do debate congressual, pouco presente na literatura. A perspectiva metodológica também valoriza o trabalho ao identificar problemas no acesso ao material primário. Por fim, enriquece a discussão sobre desenvolvimentismo e liberalismo na República de 1946 e traz mais informações sobre os partidos políticos, suas perspectivas ideológicas e sua ação congressual no período.

Palavras-chave: Ciência Política. Economia e Política. Debate Parlamentar. Governo Dutra.

Abstract: *The paper aims to show parliamentary debate about economic subjects during Dutra presidency. From discourses at Brazilian Chamber of Deputies, there is a quantitative and qualitative research (discourse analysis), seeking to identify and analyze the main issues, as well as their distribution amongst political parties. The paper is relevant for its historical rescue of parliamentary debate, theme rarely studied. The methodology also confers value to the research, due to the identification of access problems to raw data. Finally, the paper contributes to bring new light to the debate about development and liberalism in "Republica de 46" and aggregates information about political parties, their ideologies and action within the Congress during that timeline.*

Keywords: *Political Science. Politics and Economy. Parliamentary debate. Dutra's presidency.*

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar as discussões parlamentares de assuntos econômicos, ocorridas durante o governo Dutra (1946-1951). O resgate do debate parlamentar justifica-se tanto pelo propósito mais imediato de retirar do esquecimento parte importante da história institucional brasileira quanto pelo realce dado à interpretação política e econômica de uma quadra peculiar da República brasileira, período que se coloca entre duas presidências de Getúlio Vargas e que não se alinha de forma unívoca ao projeto desenvolvimentista.

Parte-se da perspectiva que as opções econômicas do governo Dutra – um momento inicial liberal e o seguinte intervencionista – tiveram respaldo e também reflexo na arena parlamentar. Nessa perspectiva, o artigo insere-se na lógica das relações entre Executivo e Legislativo, ao evidenciar um Congresso preocupado com a estabilidade econômica e questões de interesse social amplo, o que é muito diferente das visões tradicionais do Legislativo como delegado de pequenos interesses paroquiais.

Trata-se de pesquisa exploratória e de natureza qualitativa, embora em alguns momentos recorra a procedimentos quantitativos. Utilizam-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental, aplicando-se uma perspectiva comparativa no momento de análise dos discursos em si. O *corpus* da pesquisa é constituído pelos discursos dos parlamentares que contenham os seguintes termos-chave: "economia", "inflação", "desenvolvimento", "câmbio" e "juros". O recorte temporal foi de 1º de fevereiro de 1946 a 31 de dezembro de 1950, totalizando 62 discursos.

A escolha dos discursos como material da pesquisa relaciona-se à percepção clássica deles como instrumentos de convencimento. Aristóteles definiu a retórica como a capacidade de perce-

ber, nas mais variadas situações, os meios disponíveis para persuasão, conjugando-se, nessa acepção, tanto os fins quanto os meios. Para Bosi (2011, p. 15):

> os fins são políticos, no sentido amplo da palavra, que abrange os discursos proferidos na *polis*, lugar de interação social por excelência, onde não faltam ocasiões para persuadir, isto é, influir no ânimo e no comportamento dos concidadãos. Os meios são as palavras e os gestos, do orador (BOSI, 2011, p. 15).

Em uma época em que não havia cobertura televisiva das sessões do Parlamento, bem como internet, e a amplitude das novas tecnologias de informação e comunicação, assume-se que o discurso era instrumento relevante da atuação parlamentar.

Emprega-se a análise de conteúdo para apreciação do material, a partir de algumas categorias construídas durante o processo da pesquisa. De acordo com Krippendorff (1990), a análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que possam aplicar-se a seu contexto.

As categorias analíticas observadas na elaboração do protocolo de pesquisa para a análise qualitativa foram: a) identificação da origem do discurso (autoria) em relação à pertença ou não do parlamentar à base do Governo; b) abordagem do discurso, em termos de vinculação à determinada corrente econômica (liberal ou intervencionista); c) foco do discurso, se em questões de interesse nacional ou interesse localizado; e d) tipologia de linguagem, em acordo com a classificação funcional de Jakobson (1995) – referencial, emotiva, conativa, fática, metalinguística e poética.

Este trabalho é assim dividido: uma seção preliminar que aponta as grandes linhas da realidade política e econômica brasileira para o governo Dutra e a República de 1946 de forma mais ampla; uma segunda seção com a apresentação dos resultados da pesquisa no rol de discursos seguida das considerações finais.

1. Governo Dutra – economia e política

A economia brasileira da República de 1946 é marcada pelo avanço da industrialização seguindo um modelo de desenvolvimento com participação estatal e de capitais privados nacionais e estrangeiros. Dissonante a esse desenvolvimento acelerado do lado real da economia, os aspectos monetários e financeiros ainda encontravam-se em estágio menos adiantado de desenvolvimento, em que eram escassas as fontes de financiamento para o desenvolvimento e a inflação era uma decorrência lógica e problema recorrente. Destaca-se, também, no período, o relativo caráter autárquico das economias nacionais, que conferia margem de liberdade ao Estado na condução dos assuntos econômico-financeiros.

O período Dutra, na perspectiva econômica, tem em seu início um período liberal, caracterizado pela sua postura livre no setor externo e sua ênfase no combate à inflação. Segundo Bielschowsky (1988), no início desse governo até o Partido Comunista Brasileiro (PCB) compartilhava "energicamente" a ideia prioritária do combate à inflação. O caráter peculiar do momento pode ser visto se considerado que em toda a República de 1946 apenas esses quase dois anos e o curto governo Café Filho podem ser vistos como liberais.

A gestão econômica de Dutra iniciou-se sob perspectivas favoráveis, sobretudo pela acumulação de reservas cambiais durante a Segunda Guerra Mundial. Essa novidade positiva incentivou os gestores de política econômica a flexibilizar os controles cambiais e de comércio exterior anteriormente vigentes, sem, contudo, alterar a taxa de câmbio em vigor desde 1939, que se mostrava valorizada devido à maior inflação nacional em relação a dos EUA e demais países centrais. Já em 1947, entretanto, os saldos comerciais reverteram a situação anterior, e o País passou a ter dificuldades com o Balanço de Pagamentos. Como resposta, o Brasil adotou o sistema de licenciamento de importações, um controle administrativo feito pelo governo para autorizar os negócios internacionais. A partir de então, caracteriza-se uma estratégia intervencionista, motivada pela crise cambial (RAPOSO, 2011), e que com o tempo se consolidaria numa estratégia de desenvolvimento nacional tanto como ação quanto reflexão teórica.

Três aspectos devem ser ressaltados nessa estratégia de licenciamento de importações. O primeiro diz respeito à opção por um controle administrativo do que poderia e não poderia ser objeto de importação. O segundo aspecto diz respeito ao incentivo à industrialização. Segundo Vianna (1992), já em 1949 pôde-se constatar que o licenciamento de importações passou a ser deliberadamente um instrumento de incentivo à industrialização[1]. O terceiro aspecto diz respeito ao protecionismo. A opção pelo licenciamento de importações garantiu um mecanismo efetivo de defesa à indústria nacional. Parte da discussão inicial da industrialização no Brasil deu-se na crítica ao livre cambismo e necessidade de proteção à indústria nacional (BIELSCHOWSKY, 1988), mas, com a imposição do licenciamento, essa discussão estava vencida.

Em termos do combate à inflação, o período Dutra é dividido em duas fases. A primeira refere-se aos ministros da Fazenda Gastão Vidigal e Correa e Castro, que procuraram conduzir uma política de austeridade, a fim de debelar a inflação, diagnosticada como derivada dos déficits orçamentários do Estado, os quais tinham sido comuns no governo anterior de Getúlio Vargas. Em junho de 1949, contudo, ocorre a saída de Correa e Castro do ministério e, com isso, passa-se a uma política de maior liberalidade na política econômica com Guilherme da Silveira. É fundamental apontar que Silveira era anteriormente o presidente do Banco do Brasil e havia conduzido uma política mais liberal de crédito mesmo nos anos de 1947 e 1948, em antagonismo à política fiscal restritiva dirigida pelo Ministério da Fazenda (VIANNA, 1992). De fato, Silveira já havia tido problemas com Gastão Vidigal por discordâncias em relação à condução da política anti-inflacionária e venda de cambiais (LAGO, 1982).

O antagonismo entre Correa e Castro e Guilherme da Silveira é um dos episódios de conflito derivados do precário sistema de coordenação na política econômica brasileira, que colocava como

[1] Bielschowsky, coincidentemente, vê o amadurecimento da ideologia desenvolvimentista no período de 1948 a 1952.

antagonistas o sistema financeiro (coordenado pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e pelo Banco do Brasil) e o Ministério da Fazenda (responsável pela política fiscal). Ecos dessa polêmica transpareceram nos discursos analisados:

> Deputado Coelho Rodrigues – Financistas aí estão, como o Sr. Guilherme da Silveira, que vêm valorizando a moeda, saneando-a, como sempre nos prometeu (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 16 de dezembro de 1950, p. 9.839).
>
> Deputado Daniel Faraco – Não é possível, digamo-lo francamente, pensar em qualquer forma de controle monetário ou creditório sem um Banco Central ou organismo semelhante destinado a atuar com eficiência, e não apenas decorativamente no cálculo de tais níveis (DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO, 1946, p. 365).

Em termos do pensamento econômico brasileiro e seus atores, Bielschowsky (1988) diz que o momento importante de definição de posições e de conquistas dos desenvolvimentistas ocorreu durante o segundo governo Vargas, pois o período Dutra cedeu menos espaço à estratégia industrializante.

Para o autor, ao longo da República de 1946 constituíram-se três grandes grupos "ideológicos". O primeiro era o grande grupo dos desenvolvimentistas, que se dividia em três subgrupos; todos compartilhavam a ideia de apoio integral ao projeto de desenvolvimento econômico via industrialização. O grupo desenvolvimentista privado se aglutinou em torno do pioneiro Roberto Simonsen, que construiu uma rede de representação e estudos do setor industrial, que perdurou e mesmo cresceu após a morte do líder em 1948, especialmente a Confederação Nacional da Indústria. Sua característica diferenciadora era a primazia que buscava conceder aos investimentos privados, com o Estado livre para atuar onde o capital privado não tivesse interesse, mas fosse importante para o desenvolvimento nacional.

O grupo desenvolvimentista nacionalista teria seus primeiros integrantes vindos dos órgãos e entidades de coordenação econômica do primeiro governo Vargas. Seu projeto era eminen-

temente nacionalista e estatista, principalmente em referência aos projetos de infraestrutura econômica e o setor mineral, e teria como grande expoente, a partir dos anos 1950, o economista Celso Furtado.

Já o terceiro grupo desenvolvimentista era o não nacionalista, representado por técnicos com destacada participação no setor estatal, mas que aceitavam e mesmo contavam com a participação estrangeira no desenvolvimento nacional em setores estruturantes. Roberto Campos e Lucas Lopes eram figuras líderes nesse grupo.

Na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), iniciativas do final do governo Dutra e início do governo Vargas, estavam presentes elementos dos dois últimos grupos, ainda num momento em que as diferenças e demarcações entre eles não estavam claras.

Além dos desenvolvimentistas, existiriam também os neoliberais, que conferiam primazia à estabilidade monetária e cambial e que, embora não fossem contrários à industrialização, não aceitavam pôr a estabilidade em risco diante de planos de industrialização via Estado. Suas principais referências eram Eugênio Gudin e Octávio Gouvêa de Bulhões, e seus núcleos de pensamento e ação eram a Fundação Getúlio Vargas, principalmente a partir de 1953, o Conselho Nacional de Economia e a Sumoc.

O último grupo seriam os socialistas, em que a análise econômica não era aprofundada (submissa ao grande projeto de revolução socialista e à necessária identificação das "etapas" do desenvolvimento capitalista), mas que teria importante papel ao enriquecer o debate com as preocupações sociais que iriam aflorar a partir do início dos anos 1960. Seus representantes eram Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, entre outros.

A democracia da República de 1946 teve como características políticas formais o presidencialismo, o federalismo e o

sistema multipartidário, que atuava dentro de um Legislativo federal bicameral. Conforme aponta Almeida (2007), o autoritarismo, sob a batuta de Vargas, extinguiu "a Federação e as instituições democráticas e representativas" (ALMEIDA, 2007, p. 22), e coube ao governo federal e às burocracias centrais a mediação e arbitragem das disputas e negociações políticas. A retomada democrática, com a Constituição de 1946, buscou fortalecer a participação política e a representação por meio do fortalecimento do Legislativo. Merece destaque o fato de que, pela primeira vez, o Brasil experimentou um período democrático com uma organização político-partidária efetivamente nacional.

Na República de 1946, a população, a urbanização e, principalmente, o voto cresceram de forma significativa. Conforme dados do IBGE, o número de eleitores inscritos cresceu 160,69% na comparação entre 1947 e 1962[2] (embora um grande salto tenha se dado já entre 1945 e 1947)[3]. Quanto à população, seu aumento também é expressivo no período (70,22% entre 1940 e 1960), mas deve ser ressaltada, sobretudo, a evolução da urbanização, que, se medida pela relação entre população urbana e total, passou de 31,24% em 1940 para 44,60% em 1960, o que representa uma alteração qualitativa na sociedade.

Santos (2003) enfatiza a expansão da *polis* (eleitores e elegíveis) em relação ao *demos* (a sociedade mais ampla) no período de 1945 a 1962, pois, "para cada ponto percentual de crescimento da população, o eleitorado aumentou em 2,4 pontos percentuais" (SANTOS, 2003, p. 62). Tal aumento do eleitorado, que já era significativo na comparação entre 1945 e 1930, reflete a abertura do acesso ao sistema político eleitoral e também o aumento

[2] Conforme o IBGE, os eleitores inscritos em 1945 correspondem às eleições para os cargos do Executivo federal, do Senado e da Câmara dos Deputados, reguladas na forma do art. 136, 1ª parte, do Decreto-Lei n° 7.586, de 28/5/1945, combinada com a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral, de 8/9/1945.

[3] 1947 – Eleições para os cargos do Senado e da Câmara dos Deputados, Executivo estadual, Assembleias Legislativas, Executivo e Câmara Municipal.

da urbanização e alfabetização (a participação de analfabetos na população maior de 15 anos caiu de 54,50% em 1940 para 39,50 em 1960)[4].

O aumento da população eleitora na República de 1946 demonstra o avanço deste aspecto da democracia, o direito ao voto. Se comparado ao período ditatorial de Vargas ou à República entre 1889 e 1937, pode-se afirmar que o voto popular passou a contar no cenário político, independentemente de quaisquer críticas que possam ser feitas aos sistemas eleitorais e partidários do período.

Em termos partidários, a República de 1946 atuou sob um multipartidarismo que, pela primeira vez, apresentava agremiações de âmbito nacional[5]. Souza (1990), entretanto, aponta que o País não contou com partidos que representassem de forma adequada a estrutura social, e as raízes do problema estariam na tradição autoritária brasileira, que construíra os partidos com base nas estruturas estatais. O populismo, concebido como uma relação pessoal e direta entre o líder político e as massas, se dá nesse contexto de representação política frágil.

Fleischer (2007) divide os partidos do período em grandes, médios e pequenos, com uma subclassificação para os pequenos ideológicos. Os três grandes eram o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). Os médios seriam o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista (PSP). Quanto aos pequenos, Fleischer identifica 10 agremiações: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Socialista

[4] Fonte: IBGE.

[5] É certo que, nos anos 1930, o Integralismo e o Partido Comunista tinham expressão nacional, mas o período e sua prática política não se enquadram como "democráticos".

Brasileiro (PSB), Partido Republicano (PR), Partido Libertador (PL), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Rural Trabalhista (PRT) e Movimento Trabalhista Renovador (MTR)[6].

O PSD era majoritário em 1946, tendo elegido o general Dutra para a Presidência e 52,8% dos deputados para a Câmara dos Deputados. Posteriormente, o partido ainda elegeria o presidente Juscelino Kubitschek em 1955, mas veria sua liderança no Congresso diminuir paulatinamente, atingindo 28,8% das cadeiras da Câmara dos Deputados em 1962 (número pouco superior aos 28,4% do PTB naquele pleito) (SANTOS, 2003, p. 75). O PSD fora formado como herdeiro do espólio varguista, aglutinando os caciques locais alçados ao poder por Vargas no Estado Novo. Sua base de apoio era sobretudo rural, que seria atingida negativamente pelo processo de urbanização.

O PTB era o braço urbano do legado varguista, criado para arregimentar a população das cidades e os trabalhadores organizados nos sindicatos ligados ao Ministério do Trabalho (FLEISCHER, 2007, p. 305). Em termos ideológicos, o partido posicionava-se mais à esquerda. A legenda foi vitoriosa para a Presidência com Vargas em 1950 e elegeu João Goulart para vice-presidente duas vezes, em 1955 e 1960, respectivamente. O PTB e o PSD constituíram o núcleo central das coalizões de governo durante a República de 1946. Tal aproximação dava-se em boa medida pela origem varguista e pelo apoio ao desenvolvimentismo. A ruptura da coalizão nos anos 1960, suas razões e consequências, estão no centro das reflexões sobre o golpe militar de 1964.

A UDN organizou-se desde seu princípio como oposição a Vargas e seu grupo (BENEVIDES, 1981). Suas origens remontam ainda aos anos 1930, quando se organizou como União Democrática

[6] A classificação dos pequenos não é tão simples devido às fusões e cisões ocorridas no período e a própria importância de fato, mas não de direito, do PCB após sua cassação em 1947.

Brasileira para disputar as eleições de 1938, que não ocorreram. Ela aglutinava a oposição rural e urbana a Vargas. Entre 1945 e 1962, sua participação na Câmara dos Deputados caiu de 26,9% para 22,2% (SANTOS, 2003, p. 75), tendo perdido para o PTB o posto de segundo maior partido no Senado Federal, em 1955, e na Câmara, em 1963. O partido se destacou pela retórica liberal e pelo golpismo. Contudo, em vários momentos compôs governos – como exemplo mais ilustrativo o governo Vargas em 1951 – e apoiou com alguma constância projetos industrializantes e desenvolvimentistas, como no governo JK, e na criação da Petrobras, no governo Getúlio. A UDN esteve em primeiro plano na coalizão presidencial apenas nos breves governos de Café Filho (1954/1955) e Jânio Quadros (1961).

O PDC ligava-se ao pensamento católico, mas contava com lideranças leigas como os professores universitários. Ligou-se a Jânio Quadros no governo de São Paulo e também na Presidência. Segundo Fleischer, "no início da década de 1960, o PDC já contava com outros profissionais liberais, empresários mais modernos e alas operárias, estudantis e universitárias" (FLEISCHER, 2007, p. 306). Ainda, "no final do período democrático, estava dividido em alas distintas, de esquerda, centro e direita, que tomariam rumos diferentes após a extinção dos partidos em 1966" (FLEISCHER, 2007, p 306). Elegeu vários governadores e chegou a ser o quinto partido no Congresso Nacional.

O PSP era considerado um "veículo político pessoal de Ademar de Barros", interventor varguista e governador eleito de São Paulo por duas vezes (FLEISCHER, 2007, p. 306). Era considerado um partido populista de direita e muitas vezes atuava como legenda de conveniência para políticos dissidentes do PSD.

Como partidos ideológicos de esquerda, Fleischer considera o PCB, cassado em 1947 e cindido em 1958, com a criação do PCdoB, e o PSB, que não conseguiu crescer com o espaço deixado pelo PCB cassado; e de direita, o PRP, herdeiro do integralismo.

2 Análise dos resultados – os atores e seus papéis

2.1. Dimensão quantitativa

Foi feita varredura no banco de dados de discursos da Câmara dos Deputados[7], colocando-se como data inicial 1º de janeiro de 1946 e data final 31 de dezembro de 1950. No campo "Texto Integral", foram lançados os termos: "câmbio", "juros", "inflação", "desenvolvimento", "economia".

O rol de informações desta seção refere-se à 38ª Legislatura da Câmara dos Deputados. As eleições para o Legislativo ocorreram em 2 de dezembro de 1945. A Assembleia Constituinte que se seguiu foi composta de 286 deputados e 42 senadores. Em 19 de setembro de 1946 é promulgada a nova Constituição, que, no art. 11 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, faz ocorrer eleição suplementar para o Legislativo em 19 de janeiro de 1947 (passa-se a 304 deputados e 63 senadores). Essa 38ª Legislatura encerra-se em 31 de janeiro de 1951.

A Tabela 1 apresenta os resultados iniciais da busca.

Tabela 1 – *Corpus* da Pesquisa

Termo	Discursos Encontrados	Discursos Validados
Juros	3	2
Câmbio	2	0
Inflação	5	5
Economia	40	33
Desenvolvimento	12	9
Total	**62**	**49**

Fonte: Elaboração própria.

[7] Disponível em: http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas.

A não validação resultou de discursos cuja temática não correspondia precisamente ao termo-chave proposto[8]. Chegou-se, portanto, a um *corpus* de 49 discursos para a pesquisa. Desses 49, trata-se tanto de discursos "livres" quanto aqueles vinculados a matérias em apreciação. Contudo, mesmo no segundo caso, os parlamentares optam por discursar sobre matérias, já que não houve identificação relevante de falas vinculadas a momentos específicos do processo legislativo, como encaminhamentos de votação.

A Tabela 2 apresenta os resultados das classificações feitas pelos autores.

Tabela 2 – Categorias Analíticas

Termo	**Partidária**		**Ideológica**		**Espectro**	
	Base	Não base	Interven-cionista	Liberal	Geral	Local
Juros	1	1	2	0	2	0
Inflação	4	1	4	1	4	1
Desenvolvimento	2	7	9	0	4	5
Economia	12	21	25	8	22	11
Total	**19**	**30**	**40**	**9**	**32**	**17**

Fonte: Elaboração própria.

Na categoria partidária, identificaram-se os discursos segundo a origem partidária do parlamentar. Foram considerados como base os deputados vinculados ao PSD e ao PTB. Todos os demais foram considerados não base.

O uso da terminologia não base, em vez de "oposição", deve-se a peculiaridades da época que tornam essa classificação anacrônica. O presidente da República Eurico Gaspar Dutra era do PSD

[8] Destaque-se que, embora inseridos em sentido amplo, os termos foram escolhidos em relação à sua significação técnica para a área de Ciências Econômicas.

e foi eleito em coligação com o PTB. Apesar de o PTB ter participado da coligação, o partido sofria grande influência de Getúlio Vargas, que rompeu com o presidente Dutra ainda em dezembro de 1946. O PCB, oposição, foi proscrito em 1947. A UDN também era oposição, contudo, segundo Skidmore (1988), só assumiu essa postura depois de setembro de 1946, após promulgada a Constituição. O PSP, de Ademar de Barros, ainda estava se organizando durante a 38ª Legislatura e, anteriormente, Barros esteve filiado à UDN e manifestou apoio ao brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições de dezembro de 1945; posteriormente, apoiou a eleição de Vargas.

Ponto importante a qualificar a definição de governo e não governo é a análise de Santos (2003, 2007), que compreende a dinâmica partidária da República de 1946 como "faccional", isto é, os partidos não apresentavam alta coesão e disciplina nas votações, tanto "governo" quanto "oposição". As causas dessa dinâmica seriam as prerrogativas do Legislativo, capaz de aprovar políticas paroquiais sem necessidade de concessão do Poder Executivo, e também a inexistência de Poderes Legislativos relevantes atribuídos ao presidente da República, incapacitando-o a exercer um controle efetivo sobre a agenda parlamentar. A coesão e a fidelidade partidária teriam como único incentivo a concessão de cargos no Executivo a membros dos partidos. Nesse quadro, eram comuns a formação de facções e mesmo a busca de votos pelo governo em grupos da oposição.

A categoria ideológica assumiu dois comportamentos básicos do ponto de vista da economia: defesa de mais ações por parte do Estado – intervencionista; defesa de menos ações por parte do Estado–liberal. Pode-se dizer que se trabalhou com duas visões: mais Estado ou menos Estado. Em termos de espectro, buscou-se avaliar a amplitude do tema coberto pelo parlamentar em seu discurso, se vinculado a questões de interesse nacional ou questões de interesse local.

Parlamentares não pertencentes à coligação governista pronunciaram-se mais sobre os temas: 61% dos discursos. Em um

sistema presidencialista com as características do brasileiro, no qual *the winner takes it all,* o Congresso Nacional é o espaço que resta à oposição para se manifestar. Há uma predominância clara do viés intervencionista (82%), com os parlamentares demandando diversos tipos de ação do Poder Executivo para remediar as questões apontadas nos discursos.

A maioria dos discursos (65%) tratou de questões de interesse nacional[9]. Nos discursos que abordaram questões locais, predominam os que se referem ao Nordeste e ao Norte. Dos 49 discursos, 11 (22%) trataram de assuntos específicos das regiões Norte e Nordeste. O ativismo parlamentar dos representantes dessas regiões é um dos sintomas de sua desproporcionalidade de impacto e influência nos rumos nacionais.

Chama a atenção o fato de a inflação aparecer pouco, uma vez que é considerada um dos principais problemas do País . Segundo Vianna (1992, p. 105), "confiante na evolução favorável do setor externo, o governo Dutra identificou na inflação o problema mais grave e premente a ser enfrentado". Talvez, por isso, as manifestações sobre o tema surjam da base, com apenas um parlamentar não pertencente ao grupo tratando do assunto, ainda assim em uma perspectiva muito particularizada, destacando os efeitos da inflação na economia nordestina. Portanto, no *corpus* pesquisado, que leva em consideração apenas os discursos dos parlamentares, não é possível se confirmar a perspectiva de Bielschowsky (1988) de que até um partido notoriamente de oposição, o PCB, compartilhava vigorosamente do ideal de dar prioridade ao combate à inflação.

Também é sintomática a presença do tema "desenvolvimento" com a segunda maior frequência e assumido pela não base (7 discursos *versus* 2 discursos da base). O tema desenvolvimento teria destaque na campanha para as eleições de 1955, vencidas

[9] Ressalte-se que os termos utilizados na pesquisa remetem a assuntos mais gerais por si mesmos, caracterizando um viés reconhecido da pesquisa.

por Juscelino Kubitscheck, vinculado à "base" – era do PSD. No período em estudo, JK era deputado federal[10].

Analisando-se os assuntos dos discursos, percebe-se uma forte presença de temas ruralistas (14 discursos), com 5 discursos específicos sobre o café, enquanto há apenas um discurso em defesa da indústria. Percebe-se uma resiliência do poder político das elites econômicas, situação experimentada em outros parlamentos. Heilbroner (1996) destaca o comportamento do Parlamento britânico por ocasião da crise do trigo, quando o preço elevou-se de forma drástica. Após estudar o assunto, o Parlamento apresentou como solução um aumento ainda maior do imposto sobre grãos estrangeiros, argumentando que a subida de preços a curto prazo seria um estímulo para a maior produção de trigo inglês a longo prazo. Segundo Heilbroner, "isto foi um sinal para o poder político da classe proprietária de terras de que 30 anos iriam se passar até que a Lei dos Cereais fosse por fim extirpada dos livros e grãos baratos pudessem entrar livremente na Grã-Bretanha" (HEILBRONER, 1996, p. 79). No Brasil, na época, "o rei café já tinha perdido a majestade", conforme Villela (2005).

Comparando-se o comportamento da base e da não base em relação aos temas, tem-se algumas questões interessantes.

Tabela 3 – Categoria Ideológica

	Intervencionista	Liberal
Base	89%	11%
Não Base	77%	23%

Fonte: Elaboração própria.

O governo Dutra é considerado como liberal em seu início. Contudo, percebe-se, nas manifestações discursivas de parlamentares vinculados à coligação governista, um claro viés in-

[10] Para quem vê em JK um habilidoso político dos bastidores, significativo que tenha se apropriado de um tema da "oposição" e o convertido em bandeira pessoal ao concorrer à Presidência da República.

tervencionista, ainda mais forte do que o de parlamentares oposicionistas. Os deputados viam a ação estatal como fundamental para a solução do que consideravam os diversos males do País. Assim, pode-se pensar que havia já no Parlamento espraiadas ideias de ambas as perspectivas, em apoio potencial às iniciativas governamentais.

Tabela 4 – Categoria Espectro

	Geral	Local
Base	79%	21%
Não Base	57%	43%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao espectro da ação parlamentar, se geral ou local, percebe-se uma diferença significativa de comportamento entre parlamentares da base e da não base. Enquanto os deputados da coligação do Governo permitiram-se discorrer sobre temas de interesse nacional (possivelmente bem contemplados em seus pleitos localistas pelo Executivo federal), parlamentares da não base esforçaram-se em chamar a atenção para situações específicas de suas bases eleitorais. Pode ser explicativa a hipótese de que os parlamentares do governo não precisassem enfatizar em discursos seu compromisso com o atendimento de pleitos de eleitores, devido ao fato de ao serem governo terem acesso livre aos órgãos do Poder Executivo e por lá viabilizarem suas demandas.

Com relação aos temas, chamaram a atenção a aprovação da indicação constitucional do Conselho Nacional de Economia (em 1946) e sua implementação (no final do governo Dutra). O Conselho foi inserido no Texto Constitucional e foi um dos poucos órgãos públicos criados no governo Dutra.

Sugerido em emenda pelo deputado Daniel Faraco (PSD/RS), o Conselho era na sua concepção um órgão com capacidade técnica e legitimidade para fazer sugestões de políticas públicas ao governo. Para os favoráveis à ideia, ficava clara a importância

dos temas econômicos e, sobretudo, do planejamento da economia na gestão pública. Já para os contrários, como o deputado Tristão da Cunha (PR/MG), o Conselho seria uma manifestação de sociedades totalitárias:

> Direi ao ilustre colega que planejamento da economia só é possível no regime totalitário, em que o Governo pode dispor arbitrariamente dos capitais e da mão de obra, a fim de designá-los para os pontos onde tiver de ser executado o plano (TRISTÃO DA CUNHA, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 10 de outubro de 1947, p. 6.734, 2ª coluna).

Outro tema importante foi o café. Como já se apontou acima, no argumento de Heilbroner, há certo hiato entre as movimentações das forças econômicas e políticas. No caso específico, a força do café no Parlamento se fazia diante da queda de sua importância na produção econômica nacional, com perda de espaço, sobretudo para a indústria. Contudo, sua relevância ainda era significativa na Balança Comercial e, devido à premência desse gargalo econômico, o tema tenha mudado sua natureza, mas mantido seu destaque, pois a restrição cambial era algo de bastante visibilidade naquele período.

Por fim, o tema do desenvolvimento tem importância na amostra já em primeiro lugar devido ao viés amostral, em que a expressão foi usada como termo de busca. Contudo, é tema fundamental do período, pois empolgou boa parte do discurso político na busca de votos na República de 1946. A tônica do tema demonstrava a busca de uma redenção nacional, do sucesso das novas técnicas e iniciativas econômicas sobre o passado de miséria e atraso. O tema do desenvolvimento coloca-se como um manancial de recursos quase inesgotável para o ator político, pois abre o futuro a infinitas possibilidades; era a energia inexaurível da dinamização das massas.

Ressalte-se uma restrição da pesquisa em sua dimensão quantitativa. No período em questão, há um total de 17.232 discursos no banco de dados da Câmara dos Deputados. O mecanismo de busca disponível no *site* da Câmara não realiza varreduras sin-

táticas, antes recorre a um processo de indexação manual, feito por meio de leitura e catalogação dos discursos. Agrega-se, ainda, o fato de que a indexação para o período foi realizada posteriormente. Portanto, o retorno dado pelo mecanismo de busca, de apenas 62 discursos, embute esses vieses. Assim, esta pesquisa sinaliza para a necessidade de mecanismos mais apurados de mineração textual, que possam vir a dar mais exatidão e exaustão a pesquisas dessa natureza no *site* da Câmara dos Deputados.

2.2. Dimensão qualitativa

Há diversos modos de dizer e, consequentemente, diversas formas de se interpretar o que é dito. Parte-se do pressuposto de que toda realidade transformada em linguagem é uma forma de interpretação ou uma representação dessa realidade. Já que não existe texto neutro, sempre há interesses em torno de uma questão. Segundo Pêcheux (2002, p. 44), "o discurso não surge no vazio. O discurso remete à formação discursiva que o originou e que é marcada por uma ideologia ali embutida. Na origem do processo discursivo, há uma formação discursiva permitindo as condições de sua existência".

Todo falante ou escrevente tem uma intencionalidade, explícita em maior ou menor grau pela escolha lexical, pelo ordenamento das frases, pela composição do paratexto, pelo uso de operadores argumentativos ou, simplesmente, pela escolha do que dizer ou não dizer. Segundo Koch (1984, p.24), "toda atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções ao comunicar-se. Compreender uma enunciação é, nesse sentido, apreender essas intenções".

Nessa etapa da pesquisa, trabalhou-se com Análise do Discurso, buscando-se uma abordagem que transcendesse a linearidade, relacionando enunciado e enunciação como elementos fundamentais da produção de sentido: "esta distinção enunciação/enunciado é apenas um exemplo da concepção da linguagem com o objetivo da constituição de uma teoria da linguagem

como produção... o sujeito e o sentido não existem, produzem-se no trabalho discursivo" (KRISTEVA, 1988, p. 316).

Na concepção de Bakhtin, há que se entender que o texto não pode ser tomado como simples objeto de análise, sem se considerar o dialogismo e a contextualização, ou seja, deve-se ter presente:

> a complexa interdependência que se estabelece entre o texto (objeto de análise e de reflexão) e o contexto que o elabora e o envolve (contexto interrogativo, contestatório, etc.) através do qual se realiza o pensamento do sujeito que pratica ato de cognição e de juízo. ... é impossível eliminar ou neutralizar nele (no texto) a segunda consciência, a consciência de quem toma conhecimento dele (BAKHTIN, 1997, p. 333).

Procedeu-se à análise dos discursos no tocante à tipologia de linguagem, em acordo com a classificação funcional de Jakobson (1995) – referencial, emotiva, conativa, fática, metalinguística e poética. Trata-se de abordagem estruturalista-semiológica, que analisa o ato comunicativo e as funções da linguagem. Para Jakobson:

> O remetente envia uma mensagem ao destinatário. Para ser eficaz, a mensagem requer um contexto a que se refere, apreensível pelo destinatário e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um código total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário; e, finalmente, um contato, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação (JAKOBSON, 1995, p. 22).

Jakobson preocupa-se em investigar os meios utilizados para que as condutas verbais adotadas alcancem sua finalidade. Nesse percurso, considera como elementos do ato comunicativo o remetente, o contexto, a mensagem, o contato, o código e o destinatário. A cada um desses elementos corresponde, respectivamente, uma função da linguagem: emotiva, referencial, poética, fática, metalinguística e conativa.

A função emotiva, também chamada de expressiva, centra-se no remetente, visa a uma expressão direta da atitude de quem

fala em relação àquilo de que está falando. Transmite a sensação de uma emoção, seja genuína ou dissimulada. A percepção da predominância dessa vertente é prejudicial, no caso de textos escritos, pois, por suas características, envolve o uso de vários recursos não verbais, carregados em si de informação contextual.

A orientação para o destinatário, a função conativa, preocupa-se com os efeitos e, portanto, tem sua expressão gramatical mais pura no vocativo e no imperativo (cf. JAKOBSON, 1995, p. 84). Observa Jakobson que as sentenças tipicamente conativas não são passíveis de serem testadas pela prova da verdade. A função referencial pende para o fator contextual, importante elemento facilitador da comunicação. A função fática preocupa-se com o funcionamento do canal de comunicação e é caracterizada, conforme Jakobson (1995, p. 85), por "uma troca profusa de fórmulas ritualizadas, por diálogos inteiros cujo único propósito é prolongar a comunicação". A função metalinguística é uma confirmação de que se está usando o mesmo código, com sentenças equacionais que fornecem informação sobre o código lexical do idioma. A função poética preocupa-se com a linguagem por ela própria, abrangendo as atividades de seleção e combinação, e está presente em diferentes manifestações verbais, que não apenas a poesia[11].

Todo ato discursivo comporta uma mistura dessas funções, conforme ressaltado pelo próprio Jakobson (1995, p. 82): "embora distingamos seis aspectos básicos da linguagem, dificilmente lograríamos, contudo, encontrar mensagens verbais que preenchessem uma única função". A classificação feita busca identificar predomínio de um determinado tipo de linguagem. Identificaram-se 45 discursos com predominância de linguagem referencial, dois com linguagem conativa e dois com linguagem poética. Em princípio inesperada em um ambiente parlamen-

[11] Aliás, esse foi o ponto de partida da discussão proposta por Jakobson, no seu texto já clássico, Linguística e Poética, do qual fazemos citação à publicação de 1995, em português.

tar, percebe-se a ausência de elementos perlocucionários[12] ou conativos. A linguagem referencial é centralizada no referente, com o emissor buscando veicular informações sobre a realidade. Denotativa é uma linguagem, em princípio, tendente à neutralidade, pois basicamente descreve fatos. Uma das chaves para explicar essa surpreendente predominância da linguagem referencial pode ser a atitude de *credit claiming* por parte dos parlamentares: com seus discursos, eles desejam mais marcar posições, posteriormente divulgadas junto às suas bases eleitorais, do que persuadir os seus colegas a adotarem determinadas posições (ARNOLD, 1990; MAYHEW, 1974)[13]. Um trecho de um dos discursos revela que o deputado faz o *credit claiming* de forma consciente:

> Deputado Pedroso Júnior – Senhor Presidente, com essa indicação não tenho, nem poderia ter, a intenção de revelar ao Governo qualquer fórmula salvadora – porque não acredito em fórmulas salvadoras – nem pretendo ensinar a ninguém. Viso, sim, a dois objetivos: primeiro, valer-me da ressonância, da repercussão que todas as palavras ditas desta tribuna encontram no País inteiro, para uma tentativa de mobilizar a opinião nacional de provocar uma tomada de consciência nacional (DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO, 9 de março de 1946, grifos nossos).

Evidências do uso do discurso como instrumento de *credit claiming* também podem ser constatadas nos apartes. Percebe-se a predominância de apartes do tipo "carona", nos quais os parlamentares buscam afirmar que "também estão preocupados com aquele assunto", como nos exemplos abaixo:

> Aparte do deputado Café Filho ao deputado José Augusto – V. Exa. Pode falar também em nome da Bancada do Partido Progressista do Rio Grande do Norte (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA, 20 de maio de 1946).

[12] No sentido da Teoria dos Atos da Fala de Austin (1965), do ato que se realiza pela linguagem, revelando, principalmente, o caráter de busca do convencimento e da produção de ações.

[13] Outra possibilidade, não passível de ser comprovada nesta pesquisa, é a de que os discursos tenham sido produzidos pela equipe de assessores técnicos.

> Aparte do deputado Paulo Nogueira ao deputado João Botelho – Faço minhas palavras do nobre deputado João Botelho (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 26 de fevereiro de 1949).
>
> Aparte do deputado Euzébio Rocha ao deputado Antonio Feliciano – Quero juntar aos protestos de S. Exa. os que tenho feito continuadamente, inclusive desta tribuna (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 2 de setembro de 1948).

A recorrência à linguagem conativa verificou-se apenas quando os deputados solicitam incisivamente determinada providência. Um dos discursos no qual foi constatada a predominância da linguagem poética, secundada pela conativa, é um exemplar interessante do que ocorre nos debates parlamentares. Fortemente aparteado, o parlamentar que discursa reage à ironia e à mordacidade, empolando a linguagem, mas buscando efeitos claros no aparteador. Termina-se a disputa com as seguintes fórmulas de cortesia:

> Deputado Jurandyr Pires (aparteador): Absolutamente, não queria tirar Vossa Excelência da orientação que estava imprimindo ao seu discurso. Se aparteei, foi pelo apreço em que tenho o nobre deputado.
>
> Deputado Dioclécio Duarte (discursador): Agradeço sempre os apartes que vêm ilustrar o meu discurso. Por isso mesmo, eu os considero elementos indispensáveis de cultura e de elegância parlamentar (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 9/6/1949, p. 4.833).

Considerações finais

Uma das expectativas em relação ao Congresso Nacional é a de que reflita a sociedade brasileira. Os assuntos econômicos perpassam a vida da sociedade e, dessa forma, espera-se que estejam presentes no Parlamento. Em uma perspectiva histórica, a verificação dessa presença necessita da busca de registros, entre os quais este estudo escolheu os discursos dos deputados sobre os temas "economia", "inflação", "câmbio", "juros" e "desenvolvimento".

Os resultados alcançados trazem algumas perspectivas sobre o período em questão e, mais notadamente, sobre a atuação legislativa e as relações entre Executivo e Legislativo, ainda pouco exploradas pela literatura, ao focar nas manifestações discursivas dos deputados.

O governo Dutra é tradicionalmente classificado como liberal em perspectiva política, percepção reforçada pelo fato de ter sucedido a uma ditadura. Em termos econômicos, oscilou entre um liberalismo inicial e um intervencionismo gerado pela crise cambial. Os dados, por sua vez, demonstram parlamentares preocupados em promover ações estatais (intervencionistas) como forma de solução de diversas situações. Essa característica é mais forte entre os parlamentares vinculados à base. É interessante notar que, enquanto o Executivo depara-se com opções dicotômicas, intervencionista ou liberal, o Legislativo funciona como um repositório de apoios e oposições, em que convivem simultaneamente ideias opostas. É a força da realidade e o cálculo político que determinam as opções viáveis e mais lucrativas.

Quando se analisa o espectro das manifestações, constata-se que os parlamentares preocupavam-se com temas de interesse social amplo, não se restringindo a discutir questões paroquiais ou localizadas. A oposição se manifesta mais, demonstrando saber aproveitar o campo do Legislativo como espaço de poder, no âmbito de um sistema presidencialista. Os pronunciamentos da bancada dos Estados do Norte e Nordeste são notadamente mais frequentes, revelando o ativismo parlamentar como estratégia clara dos representantes daquelas regiões.

Em termos de linguagem, percebe-se a predominância de uma linguagem neutra, denotativa (referencial), que busca contextualizar determinadas situações entre os pares, sem um viés claro de se buscar persuasão. Os deputados utilizaram seus discursos mais com finalidades de *credit claiming* do que de convencimento de seus pares – o que não deixa de ser uma confirmação da hipótese de conexão eleitoral (o deputado faz o discurso mais

preocupado com sua base do que com o alcance de um objetivo específico no âmbito decisório parlamentar). O folclore político referente ao debate parlamentar (de uma agressividade cortês ou diplomática) aparece sobretudo nos momentos em que o parlamentar é aparteado de modo negativo e se vê obrigado a reagir improvisando.

A análise dos discursos dos parlamentares assume como pressuposto que toda realidade, quando transformada em linguagem, torna-se uma forma de interpretação ou uma representação dessa realidade. A análise transcende, portanto, a abordagem estritamente linguística, pois considera as condições de produção dos textos. A abordagem interna do texto leva ao reconhecimento dos mecanismos e regras de engendramento do discurso e à análise externa, a reconstituição do contexto sociohistórico permite compreender a construção dos sentidos de cada abordagem.

Referências

ALMEIDA, M. H. T. O Estado no Brasil Contemporâneo: um passeio pela história. In: MELO, Carlos Ranulfo e SÁEZ, Manuel Alcántara (Org.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ARNOLD, R. D. **The Logic of Congressional Action**. Local: Yale University Press, 1990.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. New York: Oxford University Press, 1965.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARTHES, R. **O rumor da língua**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BENEVIDES, M. V. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro**, 1945-1965. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 297p.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo Série PNPE, 19. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

BOSI, A. Introdução. In: Vieira, Antonio. **Essencial Padre Antonio Vieira**. Alfredo Bosi (Org.). São Paulo: Penguin Classicas Companhia das Letras, 2011.

FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2 ed., revisada e ampliada; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

HEILBRONER, R. A história do pensamento econômico. **Os economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

KOCH, I. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido. Teoria y Práctica**. Barcelona: Piados Comunicación, 39, 1993.

KRISTEVA, J. **História da Linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1988.

LAGO, P. C. A Sumoc como embrião do Banco Central: sua Influência na Condução da Política Econômica, 1945-1965. Mestrado em Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1982.

MAYHEW, D. R. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven, Yale University Press, 1974.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: Estrutura ou Acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3 ed. Campinas: Pontes, 2002.

Raposo, Eduardo. Banco Central do Brasil, o Leviatã Ibérico: uma interpretação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: PUC-Rio. 2011.

SANTOS, F. **O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

SANTOS, F. A República de 46. In: MELO, Carlos Ranulfo e SÁEZ, Manuel Alcántara (rg.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SANTOS, W. G. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte : Editora UFMG. Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo** – 1964-1985. 1 ed. 5a Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, M. C. C. **Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930-1964**. 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

VIANNA, S. B. 1992. Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951. In Abreu, M. P. (Org.). 1992a. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**, 1889-1989. 4. ed. Rio de Janeiro: *Campus*, 1992.

VILLELA, A. Dos "Anos Dourados" de JK à crise não resolvida. In: **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.